

## **A EDUCAÇÃO MORAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: DESAFIOS NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES**

Alonso Bezerra de Carvalho (Departamento de Educação – Unesp/Assis-SP); Carlos da Fonseca Brandão (Departamento de Educação – Unesp/Assis-SP).

**Eixo 3:** Projetos e práticas de formação de professores

**Financiamento:** MCT/CNPq/MEC/CAPEES

Depois da exclusão da disciplina Educação Moral e Cívica do currículo das escolas, observamos que outras propostas foram formuladas com a finalidade de garantir conteúdos que abordassem o tema dos valores no processo de formação dos alunos. Se antes os conteúdos eram tratados e transmitidos por meio de livros didáticos, e revestidos de um caráter doutrinário e moralizador, desde 1988, consubstanciado nas normas estabelecidas pela Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), novos ares foram dados à temática. Outrora, tínhamos um professor responsável pela disciplina, agora vemos não apenas uma mudança de nomenclatura – de Moral para Ética -, mas também a sua transformação em um tema transversal que, juntando-se a Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo, pode ser trabalhado na sala de aula por todos os docentes, pois “atravessa os diferentes campos do conhecimento” (BRASIL, 1998, p. 26). Nos anos seguintes, a proposta dos PCNs foi aperfeiçoada, criando-se o Programa *Ética e Cidadania – construindo valores na escola e na sociedade*, destinado ao desenvolvimento profissional continuado e com o objetivo de instrumentalizar os docentes com uma teoria básica, sugerindo atividades que possam ser desenvolvidas no âmbito educacional e social.

Neste trabalho pretendemos fazer algumas reflexões sobre essas questões e o significado que a educação moral/ética possui no mundo atual, procurando problematizar o seu papel tanto no processo de formação dos professores como na prática docente. Para tanto, faremos alguns apontamentos a respeito do Programa *Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade* (2004), do Ministério da Educação, bem como da disciplina *Educação Moral e Cívica* e do tema transversal *Ética*, nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Ao fim de nossas reflexões pretendemos propor uma nova perspectiva, em que a formação e a prática docente possam estar abertas a novas propostas que contemplem as expectativas dos professores, e o tema da amizade, no seu sentido filosófico, pode contribuir nesse processo, sobretudo se considerarmos a sala de aula como um cenário onde se

manifestam e são vivenciadas as mais diferentes concepções de mundo, de sociedade e de homem.

### **Educação Moral e Cívica e os PCNs**

É por meio de um Decreto-Lei que foi estabelecida no Brasil “a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino do País” (BARBOSA, 1970). No Art. 2º do Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969 são instituídas as finalidades que, apoiadas “nas tradições nacionais”, devem ser cumpridas. Basicamente as idéias são as seguintes:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições, e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade (BARBOSA, 1970, p. 3).

É possível depreender dos objetivos da disciplina um conjunto de idéias que na atualidade nos parece anacrônicas, pois estavam fundadas numa concepção de sociedade, de homem e de nação bastante articulada com o regime militar e totalitário que se instaurava e que pretendia se consolidar no país naquele momento. Essas idéias foram aprofundadas e traduzidas numa linguagem que pudessem ser transmitida. Deste modo, foram elaborados os livros didáticos de Educação Moral e Cívica. Neles encontramos conteúdos e exercícios que visavam “incutir idéias fundamentais, de caráter moral”, tendo como decorrência garantir o espírito cívico, no sentido de assegurar o Bem Comum nacional. Amor à Pátria, Universo, Deus, Homem, etc, eram temas abordados e ensinados aos educandos (BARBOSA, 1970).

De 1969 a 1993, todos aqueles que passaram pelo ensino formal no período cursaram a disciplina Educação Moral e Cívica, juntamente com Organização Social e

Política do Brasil, que no Ensino superior era denominada Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB).

A proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1998 tiveram a preocupação de romper com os traços autoritários, doutrinários e moralizantes das disciplinas anteriores. Seguindo os dispositivos da Constituição Federal de 1988, em especial os fundamentos do Estado Democrático e de Direito, entraram em cena os temas transversais, abordando assuntos que não se restringem apenas a uma disciplina e a um professor, mas que, conforme discurso do Ministro da Educação da época aos professores,

servam de apoio às discussões e ao desenvolvimento do projeto educativo de sua escola, à reflexão sobre a prática pedagógica, ao planejamento de suas aulas, à análise e seleção de materiais didáticos e de recursos tecnológicos e, em especial, que possam contribuir para a sua formação e atualização profissional (BRASIL, 1998, p. 6).

A base da proposta se estrutura sobre a questão da cidadania, considerada “como eixo vertebrador da educação escolar”. Nesse sentido, juntamente com Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo, a Ética foi colocada como um dos temas centrais e norteador que poderiam garantir uma educação para a cidadania. Com a capacidade de trazer à luz a discussão sobre a liberdade de escolha, a proposta considera que a reflexão ética nos leva a interrogar a legitimidade de práticas e valores consagrados pela tradição e pelo costume. Para tanto, percebe-se mudanças no foco, nos objetivos e na metodologia de trabalho em relação àqueles veiculados e propostos em 1969. Agora, pretende-se abranger “tanto a crítica das relações entre os grupos, dos grupos nas instituições e ante elas, quanto à dimensão das ações das pessoas”. Por isso, a presença de outros temas, que pudessem garantir a discussão do “sentido ético da convivência humana nas suas relações com várias dimensões da vida social” (BRASIL, 1998, p. 25).

De maneira geral a proposta dos PCNs almejava, para além de uma mudança de nomenclatura, ou seja, de Moral para Ética, propor uma maneira nova de tratar a questão dos valores na escola. Num contexto onde situações de violência e indisciplina estavam se tornando evidentes e constantes, a Ética poderia oferecer uma saída em direção ao pleno exercício da cidadania numa sociedade democrática, ao contrário do período anterior, que se fundava numa estrutura política-administrativa de caráter ditatorial e autoritário.

Embora não seja o objetivo do presente trabalho, uma primeira análise sobre os PCNs constata de início uma abordagem que, se rompe com a “educação moral” anterior, agora ela se reveste de um aspecto mais histórico e abstrato-conceitual, o que pode dificultar

os professores utilizarem o tema na sala de aula e em suas disciplinas, especialmente porque não tiveram assuntos dessa natureza em seus cursos de formação. Solidariedade, respeito mútuo, justiça e diálogo, como conteúdos privilegiados nos PCNs, correm o risco de serem tratados com certa frouxidão e mero voluntarismo e, ao final, não cumprirem

a proposta de uma educação moral que proporcione às crianças e adolescentes condições para o desenvolvimento de sua autonomia, entendida como capacidade de posicionar-se diante da realidade, fazendo escolhas, estabelecendo critérios, participando da gestão de ações coletivas (BRASIL, 1998, p. 61).

Se antes a educação moral (ética) era imposta e com um fim bem definido, ou seja, contribuir na formação de um “cidadão” em concordância com os objetivos do sistema político da época, agora a ética (educação moral) foi tomada como capaz de aglutinar um conjunto de conteúdos e valores – democracia e cidadania - que podem ser ensinados por qualquer professor, bastando inseri-los em suas áreas e disciplinas, articulando-os. Cremos que pode ser difícil supor que os professores das disciplinas que não são de Humanas possam ter a tranqüilidade de abordar questões dessa natureza em sua prática docente, sem uma formação anterior. Sem querer defender ou cair numa espécie de política do especialismo, o campo da Ética ainda deve retomar uma grande questão colocada pelos gregos: a ética (virtude) pode ser ensinada? Ou é adquirida? Ou é inata? Há professores de ética? Elas deveriam estar presentes em qualquer discussão sobre o tema.

### **Programa Ética e Cidadania – construindo valores na escola e na sociedade.**

Se aos PCNs cabe as observações que fizemos acima, em 2003 o Ministério da Educação lança o Programa *Ética e Cidadania – construindo valores na escola e na sociedade*, com o objetivo principal de “consolidar práticas pedagógicas que conduzam à consagração da liberdade, da convivência social, da solidariedade humana e da promoção e inclusão social” (LODI, 2003, p. 9). De caráter mais didático, o programa é constituído de quatro eixos temáticos: Ética, Convivência Democrática, Direitos Humanos e Inclusão Social. No caso específico do módulo *Ética* a finalidade é “levar ao cotidiano das escolas reflexões sobre a ética, os valores e seus fundamentos. Trata-se de gerar ações, reflexões e discussões sobre seus significados e sua importância para o desenvolvimento dos seres humanos e suas relações com o mundo” (LODI, 2003, p. 9). Enfim, é uma proposta preparada para ser usada na sala de aula, de forma que ajude o professor a trabalhar a questão dos valores a partir de atividades a serem realizadas pelos alunos.

Em todos os módulos é apresentado artigos ou fragmentos de textos para serem estudados num Fórum criado por representantes dos professores, dos alunos, dos funcionários e da comunidade. De modo geral, o Fórum discute os textos a fim de compreendê-los conceitualmente e construir propostas de trabalho na sala de aula e na escola como um todo, ou seja, tem o papel de coletivizar e expandir o que conseguiram apreender sobre o tema. Quanto às atividades, algumas propõem algo além da discussão teórica relacionada com a realidade local.

Os textos transcritos se dividem em científicos, didáticos e relatos de experiência. Os primeiros geralmente esclarecem, conceitualmente, o módulo, auxiliado por uma indicação de vídeo (textos didáticos) exibido na programação da *TV Escola*; ambos são seguidos de atividades sugeridas para o Fórum e para o trabalho em sala de aula.

A criação de um espaço específico para discutir a convivência na escola parecer romper com a idéia de transversalidade ressaltada e defendida pelos PCNs (BRASIL, 1998), cuja finalidade não é tornar a ética e a cidadania especialidades, mas permitir que os educandos tenham conhecimento dos temas apresentados, perpassando todas as esferas da vida.

No módulo *Ética* o objetivo é compreender os pressupostos da ética e da moral e, também, introduzir um trabalho intencional sobre valores socialmente desejáveis, já que a escola o faz de modo desarticulado. A metodologia pauta-se na apresentação do material didático e de “caminhos pedagógicos” a fim de se trabalhar a temática, visando a “construção de uma sociedade mais justa, solidária e feliz” (BRASIL, 2007, p. 9). Os valores exemplificados que o módulo almeja construir nas escolas são: democracia, justiça, solidariedade, generosidade, dignidade, cidadania, igualdade de oportunidades e respeito às diferenças.

O primeiro texto apresentado para discussão, *Ética: importância do tema* (fragmento da introdução dos Parâmetros Curriculares Nacionais referentes aos temas transversais), defende o conceito de ética e de moral como “princípios que dão ao pensar sem, de antemão, prescrever formas precisas de conduta (ética) e regras precisas e fechadas (moral)” (BRASIL, 1998, apud LODI, 2003, p. 13). Tal concepção vai ao encontro do seu objetivo: possibilitar que o aluno pense sobre sua conduta e a dos outros a partir de princípios e não de regras acabadas e que possua critérios para estabelecer relações e hierarquias de valores.

O documento destaca ainda a importância da contextualização histórico-social para se abordar o tema, assim como a possibilidade de ser feita pelo viés antropológico e

sociológico. Contudo, como seu intuito é o “exercício da cidadania”, sugere como atividade pedagógica e opta por refletir trechos da Constituição Brasileira que se referem às questões morais. Ou seja, pretende formar a consciência política do indivíduo acerca dos direitos e deveres partindo de princípios morais como liberdade, solidariedade, justiça e dignidade.

Embora seja algo importante, mas destacamos que a Constituição não permite relativização; são normas a serem cumpridas e há uma punição legal por sua violação, o que não acontece, por exemplo, com as regras morais. Por isso, o documento ressalta que, apesar da fixidez das leis e das políticas coletivas, o indivíduo deve ter em mente a existência da pluralidade de valores, o que exige liberdade e tolerância para conviver com o diferente. Conviver é respeitar sempre a dignidade do ser humano – tratá-lo como pessoa e duas maneiras de se fazer isso são não humilhar nem discriminar.

O documento destaca também o caráter abstrato dos valores que são abordados pela ética, pois esta trata de “princípios e não de mandamentos [...] é um eterno pensar, construir e refletir”. Deste modo, a escola “deve formar” os indivíduos para serem “livres, autônomos, para pensarem e julgarem” (BRASIL, 1998, apud. LODI, 2003, p. 16).

Na base da formulação da proposta um problema é evidente. Para desenvolver sua metodologia, o primeiro texto ressalta a importância da psicologia, porém, não menciona outra importante ciência que também estuda a ética: a filosofia. Talvez esse seja uma das deficiências da proposta, visto que não inclui uma discussão mais apurada das questões abordadas.

O segundo texto, *Democracia, cidadania e educação*, de Ulisses F. Araújo, um dos elaboradores do Programa, foi inserido no módulo *Ética* para ajudar na compreensão da relação dos princípios de democracia e cidadania com a ética e a educação. Distanciando-se da concepção tradicional de cidadania, sobretudo se ela reduz os homens às meras relações sociais e políticas, o autor assim define sua idéia de uma educação para a cidadania:

do meu ponto de vista é necessário que cada ser humano, para poder efetivamente participar da vida pública e política, se desenvolva em alguns aspectos que lhe dêem as condições física, psíquicas, cognitivas, ideológicas e culturais necessárias para uma vida saudável, uma vida que leve à busca virtuosa da felicidade, individual e coletiva (ARAÚJO, 2002, apud. LODI, 2003, p. 33-34).

Em outras palavras, o autor defende a formação integral do educando, formação também defendida pelos PCNs, que a define como “articulação do corpo e espírito, meios e fins, teorias e práticas, com o objetivo de promover o bem coletivo” (BRASIL, 1998, p. 82).

Assinalamos, ainda, que o autor defende enfaticamente a idéia de equidade (reconhece os princípios da diferença dentro da igualdade) como necessária à vida democrática, devido ao mundo plural em que vivemos. Destacamos que essa idéia de pluralidade, sob o viés filosófico, é trabalhada por Nadja Hermann (2001) e que, apesar de aparecer na bibliografia, não é citada no corpo do texto do Programa – o que realça a preferência conferida ao ponto de vista psicológico ao abordar a ética, especialidade do autor e elaborador.

De maneira geral, as atividades propõem a reflexão sobre o texto teórico, buscando compreender a conceituação de ética e sua importância no cotidiano escolar, além de conhecer os princípios e valores que a escola considera importantes, com a intenção de criar propostas pedagógicas para a construção de princípios e valores desejados pela sociedade. A proposta sugerida pauta-se em estratégias de dramatização com a finalidade de conhecer os sentimentos e problemas dos outros, em um debate para analisar as cenas e refletir sobre os sentimentos que elas suscitaram, em uma dissertação sobre a temática encenada.

Uma outra atividade pauta-se no estudo sobre as condições físicas, psíquicas, cognitivas, ideológicas e culturais, que o texto de Araújo considera essenciais para o pleno exercício da cidadania. Estudo que é prolongado por meio de uma pesquisa censitária, visando a conhecer os motivos que impedem a participação de pessoas que vivem nos bairros no ambiente escolar, bem como a formulação de propostas de atuação política de como isso poderia ser resolvido. Os elaboradores ressaltam que o papel do fórum nesse projeto é “articular e coordenar o projeto, garantindo a participação de todos os segmentos da comunidade em sua execução e as condições materiais e políticas para sua realização” (LODI, 2003, p. 38).

Enfim, a proposta tem suas virtudes e dá um passo além em relação aos PCNs, contribuindo para que os professores, não importa a área e disciplinas, tenham condições de abordar o assunto na sala de aula. Embora haja a tentativa de conceituar a ética e relacioná-la ao ambiente escolar, penso que os textos utilizados não são suficientes para a compreensão do tema, pois camufla as dificuldades concernentes às diversas teorias que discutem a questão ética. Como vivemos num mundo plural, uma única teoria não conseguiria abarcar todas as suas peculiaridades (GOERGEN, 2001, p. 148). Ademais, é notório a falta de referências a textos filosóficos clássicos, por exemplo, Aristóteles, que é considerado um dos pensadores que melhor sistematizou e abordou o tema ética na história da filosofia.

## **Amizade: ética e política na sala de aula**

Até agora as considerações que fizemos buscou compreender como se apresentou e se apresenta o tema da educação moral ou ética na educação brasileira, procurando destacar a sua relação com a prática e formação dos professores. Assim, com a nossas observações não pretendemos oferecer recomendações ou propor saídas a respeito de valores e procedimentos morais, cuja transmissão a escola ou os professores deveriam assumir. De toda forma, o entendimento da educação moral como transmissão de virtudes, de valores, etc., que da tradição nos é familiar, está hoje ultrapassada. Educação moral, no ambiente escolar, significa introduzir os educandos no contexto do debate ético com o objetivo de promover a sensibilidade para a alteridade, o respeito e a convivência, garantindo a formação de relações interpessoais e intersubjetivas. Nesse aspecto, pensamos, que o tema amizade, como discurso filosófico, pode dar a sua contribuição.

A amizade é um tema filosófico por excelência, tratado desde o período trágico, e melhor sistematizado no pensamento aristotélico, em sua obra *Ética a Nicômaco*. Nas sociedades modernas e contemporâneas, formadas por um avanço permanente da urbanização e da tecnologia, defrontamo-nos com o desafio de entender que significado ainda pode cumprir a amizade, tanto do ponto de vista da convivência sócio-política, quanto do debate constitutivo do campo filosófico com a possibilidade de alguma repercussão no campo educacional.

Para Aristóteles:

a amizade parece ser o laço que une as cidades, e os legisladores parecem concordar que ela é mais que a justiça. Eles buscam, com efeito, manter a concórdia e banir a discórdia, vendo nesta a calamidade mais temível das comunidade políticas: ora, a concórdia é um sentimento próximo à amizade. Aliás, se os cidadãos estão unidos pela amizade não seria mais necessário a justiça, mas mesmo tendo justiça, ainda assim, seria necessário a amizade. Enfim, somente a mais alta forma de justiça parece ter a mesma natureza da amizade (ARISTÓTELES, 1988, p.31).

Portanto, a dimensão política da amizade estaria na nossa capacidade e disposição de conviver com o outro e com os outros, o que por si só, daria condições de pensarmos no espaço escolar, como um lugar propício a instaurar relações de respeito a valores que nos levassem a uma boa convivência, o que daria condições de repensarmos a educação moral que praticamos. Nesse sentido, ela se revestiria de uma dimensão ética, pois, como um exercício, seria uma caminhada que dois seres fazem juntos, em que a ternura, a afeição e a simpatia poderiam se manifestar. Nobre e bela, a amizade deve, então, ser louvada como o

caminho mais vantajoso que nos leva à “excelência moral”: à *areté*. As condições para essa experiência estão na nossa capacidade de estimar e bem querer ao outro, ou seja, em um processo de benevolência partilhada, mútua.

Nós, contemporâneos à sociedade da Declaração dos Direitos do Homem, temos dificuldade em aceitar que seja justificável a proposição aristotélica, contudo, relembremos que os princípios individualistas são estranhos à concepção grega. Em Aristóteles, a cidade não é um teatro, um campo aberto a estratégias e a relações de força, mas um fim (*telos*) e um Bem, um Todo que existe por natureza e, por isso, está acima dos indivíduos. Trata-se de uma totalidade que é mais que a soma dos indivíduos que a compõem, tendo mais valor que eles. É o indivíduo que está para a cidade e não a cidade para os indivíduos.

Portanto, o fundamento para a experiência da amizade está em compartilhar uma vida em comum. Viver entre amigos é uma ação política e é ser virtuoso, ético. A amizade, como virtude, ou melhor, tendo em vista a vida feliz e virtuosa, é o meio para compartilhar a prosperidade e suportar as adversidades. A presença de amigos é preciosa, seja na alegria, seja na tristeza, tornando as dores leves e toleráveis. “A amizade é uma comunidade, em que os sentimentos que temos por nós-mesmos, temos por um amigo. Como desejamos a nossa própria existência, desejamos a de um amigo e a consciência de sua existência se atualiza concretamente graças a essa vida em comum” (ARISTÓTELES, 1988, p.79-80). Enfim, viver na companhia dos amigos nos faz crescer, corrigir-se mutuamente e tornar modelos uns para os outros, confirmando a máxima: *é dos seres virtuosos que aprendemos a virtude*.

### **Conclusões**

As reflexões que quisemos trazer nesse texto tiveram como objetivo dividir algumas inquietações sobre a educação moral nos dias atuais. Desde os gregos essa questão nos provoca. Num diálogo platônico intitulado *Mênon* a pergunta que surge é: é possível ensinar a virtude? Ou ela é adquirida? Ou é inata? Seja como disciplina, tema transversal ou um programa, vimos que houve e há várias tentativas, cada uma com seus problemas, avanços e retrocessos. A questão central que gostaríamos de destacar disso tudo, é o papel que um assunto dessa natureza cumpre no processo de formação dos professores e na sua prática pedagógica. Sentimos uma deficiência de debates e de abordagens dessas questões no universo educacional. Percebe-se certa nostalgia de uma educação mais moralizante e doutrinária, sobretudo em virtude dos problemas que habitam o ambiente escolar: a indiferença, indisciplina, a violência.

A nossa contribuição com esse texto é indicar uma outra saída, pelo menos como objeto de reflexão e de problematização dos acontecimentos educacionais, colocando para dialogar o tema da amizade com a ética, a moral e política. Em nossa opinião, esse diálogo de forma horizontal, pode abrir a possibilidade de construção de um espaço, em que as relações humanas tomem a amizade como fonte inspiradora e, com isso, transformem as barreiras das inevitáveis diferenças entre professores e alunos tão insignificantes que os problemas acabem fluindo de forma positiva e significativa.

Se a epistemologia tem contribuído para refletirmos, calcularmos e elaborarmos métodos e técnicas úteis à prática pedagógica, cumpre agora ver o que seria da sala de aula e da aula se as pensássemos também do ponto de vista da ética e da política. Ética porque faríamos a experiência de ouvir e olhar o outro. Política porque reconheceríamos que a vida é plural.

A criança ao chegar à escola amplia, aprofunda, e até mesmo pode transgredir, o espaço e os valores domésticos. É na escola e na sala de aula que ocorre “o evento onde se dá o *começo* da ação política [e ética] pela qual se instaura a confirmação do *eu* pelo *outro* e deste por aquele, em suma: o *diálogo*” (VON ZUBEN, 1996, p.128). Portanto, essas dimensões, junto a epistemologia, podem garantir a formação mais plena do indivíduo.

Nesse sentido, a escola do pluralismo é uma escola onde habita a dimensão ética e a dimensão política. O que significa dizer que a lei não é mais dada à escola, ela está por se fazer. Mas isso é possível no mundo das incertezas? “É precisamente porque há a incerteza que a educação torna-se pensável e possível” na realidade contemporânea. Que dê o nome que se queira, individualismo, concorrência, leis arbitrárias, desconstrução, pós-modernidade, etc., o desafio da escola, da educação, é encontrar, pois sempre se trata de encontro, um caminho, sendo que, hoje, parece-nos que ele está a construir (BOURGEOIS; COSTA-LASCOUX, 2004, p.135-8).

O jogo ético da relação social é evidente e, por isso, exige habilidade para uma possível experiência da amizade. Para tanto:

é necessário deixar de ser professor para poder sê-lo. Isto significa obrigatoriamente que toda relação social [...] implica um elemento que une, que é a amizade. Este elemento fundamental é o sentimento de uma cumplicidade, de uma comunidade essencial sobre as coisas mais importantes. Na relação do professor com seus alunos está o fato da partilha de uma certa imagem do que se deve ser alguém, de ter em comum uma forma de sensibilidade e de acolhimento ao outro (VERNANT, 1995, p.194).

Neste sentido, ao trazermos para o centro das discussões o diálogo na sala de aula, o fazemos com a finalidade de pensar a escola como um espaço potencializador de amizade, onde o amigo sirva de mediador para que o outro sinta-se acompanhado em suas descobertas e reflexões e, com isso, construam juntos possíveis saídas para os dramas e dilemas que costumam surgir no âmbito escolar e em suas existências.

Vislumbrar a possibilidade da amizade nas salas de aula é a pré-condição intransferível de uma co-cidadania, de uma cidadania-em-comum. Deste modo, podemos acreditar que a escola pode ser um espaço de crescimento, onde a educação desempenhe seu papel de uma forma democrática e humanizadora, sem ser arbitrária. E os educadores construam relações mais sólidas sem serem normatizadores, podendo com os alunos construir alternativas, primeiro como reflexões e, depois, como elaborações de propostas para enfrentar os problemas e questões que a realidade nos coloca.

### **Referências Bibliográficas**

ARAÚJO, Ulisses F. *A construção de escolas democráticas: histórias sobre complexidade, mudanças e resistências*. São Paulo: Moderna, 2002.

ARISTÓTELES. *Éthique à Nicomaque*: livres VIII et IX. Paris: Hatier, 1988.

BARBOSA, Néelson. *Educação Moral e Cívica/Organização Social e Política*. São Paulo : Editora Itamaraty, 1970.

BOURGEOIS, Bernard ; COSTA-LASCOUX, Jacqueline e outros. *Éthique et éducation: l'école peut-elle donner l'exemple?* Paris: L'Harmattan, 2004.

CORREA, Avelino Antônio. *Estudo dirigido de Educação Moral e Cívica*. São Paulo : Ática, 1974.

FREITAG, Bárbara. *Itinerários de Antígona: a questão da moralidade*. 2ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1992.

GOERGEN, Pedro. Educação moral: adestramento ou reflexão comunicativa? *Educação e Sociedade*. Campinas: CEDES, Ano XXII, n. 76, Especial - Out/2001, pp. 147-174.

HERMANN, Nadja. *Pluralidade e ética em educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LODI, Lúcia Helena (coord). *Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade* Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos: Ministério da Educação, SEIF, SEMTEC, SEED, 2003.

VERNANT, Jean-Pierre. Tisser l'amitié In: JANKÉLÉVITCH, Sophie ; OGILVIE, Bertrand. *L'amitié: dans sons harmonie, dans ses dissonances*. Paris: Autrement, 1995, p.188-202.

VON ZUBEN, Newton A. Sala de aula: da angústia de labirinto à fundação da liberdade In: MORAIS, Régis de (org.). *Sala de aula: que espaço é esse?* Campinas: Papirus, 1996, p.123-129.